

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disso, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

Daniela Silva da Silva - Técnico em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;

Gustavo Silva Rodrigues - Estagiário;

Josué de Brito Chaves - Estagiário; e

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária.

.....

Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Rebeca Reitz

Revisão: Camila Veloso

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 92ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se, em âmbito federal, o **DECRETO FEDERAL Nº 11.372, DE 1º DE JANEIRO DE 2023**, que altera o Decreto nº 10.224, de 5 de fevereiro de 2020, o qual regulamenta a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, bem como o **DECRETO FEDERAL Nº 11.373, DE 1º DE JANEIRO DE 2023** que altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que trata sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações e afins. Importa enfatizar, ainda, o **DECRETO FEDERAL Nº 11.368, DE 1º DE JANEIRO DE 2023** que altera o Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, para dispor sobre a governança do Fundo Amazônia.

Já na esfera estadual, temos a publicação da **LEI ESTADUAL Nº 9.781, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022**, responsável por alterar a Lei Estadual nº 9.048, de 29 de abril de 2020, que institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA). Ademais, realçamos também a **PORTARIA SEMAS Nº 3.188, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022**, que altera a composição da equipe da Unidade de Coordenação do Projeto "Combate ao desmatamento no estado do Pará", instituída pela Portaria SEMAS nº 1.359, de 30 de agosto de 2019.

No "Fique de Olho" desta edição, divulgamos o Processo Seletivo para o curso de Mestrado Profissional em Gestão de Riscos e Desastres Naturais na Amazônia, promovido pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Também apontamos o Curso Online de Proteção de Dados Pessoais no Setor Público, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), com enfoque na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

No "NEL Indica", trazemos duas obras, a primeira intitulada "ÉTICA E MEIO AMBIENTE: PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL", na qual o autor propõe uma reconstrução do pensamento da sustentabilidade ecológica. A segunda, nomeada "MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESASTRES E SAÚDE", propõe-se a contribuir com estratégias para ampliar a resiliência do setor Saúde e das comunidades e sociedade em geral em face das mudanças climáticas e seus impactos.

No "SEMAS em Destaque", o evidenciamos o Acordo de Cooperação entre a SEMAS/PA e a Fundação Amazônia Sustentável que tem o viés de apoiar a criação e à implementação de Unidades de Conservação (UC) na Amazônia.

Boa leitura !

Equipe Nel

NORMAS FEDERAIS



LEI FEDERAL Nº 14.457, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022. Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 11.770, de 9 de setembro de 2008, 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.513, de 26 de outubro de 2011.

LEI FEDERAL Nº 14.515, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022. Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.150, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.151, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022. Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.152, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022. Altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoa Jurídicas - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para dispor sobre as regras de preços de transferência.

DECRETO FEDERAL Nº 11.303, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022. Altera o Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018, que regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

DECRETO FEDERAL Nº 11.309, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022. Institui o Programa Nacional Qualifica Mulher.



NORMAS FEDERAIS



DECRETO FEDERAL Nº 11.310, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022. Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para dispor sobre as atividades de fiscalização e a governança federal da Política Nacional de Segurança de Barragens, institui o Comitê Interministerial de Segurança de Barragens e altera o Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019.

DECRETO FEDERAL Nº 11.313, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022. Regulamenta a Lei nº 14.206, de 27 de setembro de 2021, que institui o Documento Eletrônico de Transporte - DT-e, e estabelece a respectiva política nacional no âmbito da administração pública federal.

DECRETO FEDERAL Nº 11.314, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022. Regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência, nos termos do disposto no inciso I do caput do art. 35 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e nos art. 6º e art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

DECRETO FEDERAL Nº 11.372, DE 1º DE JANEIRO DE 2023. Altera o Decreto nº 10.224, de 5 de fevereiro de 2020, que regulamenta a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

DECRETO FEDERAL Nº 11.373, DE 1º DE JANEIRO DE 2023. Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

DECRETO FEDERAL Nº 11.366, DE 1º DE JANEIRO DE 2023. Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

DECRETO FEDERAL Nº 11.368, DE 1º DE JANEIRO DE 2023. Altera o Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, para dispor sobre a governança do Fundo Amazônia.



NORMAS FEDERAIS



DECRETO FEDERAL Nº 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023. Institui a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento, restabelece o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDam e dispõe sobre os Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado, na Mata Atlântica, na Caatinga, no Pampa e no Pantanal.

DECRETO FEDERAL Nº 11.369, DE 1º DE JANEIRO DE 2023. Revoga o Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.

RESOLUÇÃO MAPA/SFB nº 21, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022. Altera as Resoluções SFB nº 4, de 2 de dezembro de 2011; nº 16, de 10 de julho de 2012; nº 25, de 2 de abril de 2014; e nº 38, de 5 de outubro de 2017; e nº 11, de 19 de dezembro de 2019, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.055, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022. Altera as Resoluções Normativas nº 876, de 10 de março de 2004 e nº 905, de 8 de dezembro de 2020, para estabelecer tratamento regulatório para o ilhamento de subestações de Rede Básica.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 96, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022. Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por maior retorno econômico, na forma eletrônica, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 96, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022. Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por maior retorno econômico, na forma eletrônica, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MMAMC/IBAMA Nº 24, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022. Estabelece critérios e procedimentos para exportação, com fins comerciais, de produtos e subprodutos madeireiros das espécies constantes dos Anexos da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - Cites, dos gêneros *Handroanthus* spp, *Tabebuia* spp, *Roseodendrum* spp, *Dipteryx* spp, *Cedrela* spp e da espécie *Swietenia macrophylla*.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA ICMBIO Nº 1.222, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022. Estabelece os procedimentos de aprovação prévia de que trata o art. 46 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. (Processo 02070.007727/2022-89).

PORTARIA MAPA Nº 538, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022 (*). Estabelece as normas para a produção, a certificação, a responsabilidade técnica, o beneficiamento, a reembalagem, o armazenamento, a amostragem, a análise, a comercialização e a utilização de sementes.

PORTARIA NORMATIVA MME/GM Nº 56, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022. Serviço de escrituração do Crédito de Descarbonização - CBIO

PORTARIA MMA/IBAMA Nº 156, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022. Revoga expressamente atos normativos inferiores a decreto editados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, cujos efeitos estão esgotados no tempo, em atendimento ao disposto no art. 8º, inc. II, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

PORTARIA MMA/IBAMA Nº 159, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022. Submete a Consulta Pública, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa para estabelecer procedimentos para fins de reparação por danos ambientais em processos administrativos no âmbito do Ibama, em decorrência de infrações, sanções administrativas ao meio ambiente, descumprimento de licenças e autorizações ambientais.

PORTARIA MC Nº 843, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022. Dispõe sobre procedimentos da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) para atendimento a povos e comunidades tradicionais.

PORTARIA MAPA/INCRA Nº 2.502, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022. Aprova o Manual Técnico para Georreferenciamento de Imóveis Rurais -MTGIR - 2ª Edição.

PORTARIA MMA/IBAMA Nº 161, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022. Aprova o Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental - Pnapa 2023.

PORTARIA MMFDH Nº 2.506, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022. Institui o Sistema Nacional de Atendimento à Mulher em situação de Violência- Sistema ELA no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e dá outras providências.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA SDA Nº 720, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022. Estabelecer os requisitos fitossanitários para a importação de frutos de pistache (*Pistacia vera*) da Argentina.

PORTARIA SDA Nº 723, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022. Aprova o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade para carne maturada de bovino.

PORTARIA SDA Nº 721, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022. Submete à Consulta Pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, o projeto de resolução que estabelece os critérios gerais dos estados partes do MERCOSUL para a avaliação e o reconhecimento da situação sanitária dos países exportadores.

PORTARIA SDA Nº 724, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022. Aprova o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do hambúrguer.

PORTARIA SDA Nº 722, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022. Altera o calendário de semeadura de soja, estabelecido para o Estado do Pará, constante no anexo da Portaria SDA nº 607, de 21 de junho de 2022, publicada no dia 28 de junho de 2022, na página 18, Seção 1, Edição 120, do Diário Oficial da União.

PORTARIA MAPA Nº 539, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022. Estabelece os Padrões de identidade e Qualidade da aguardente de cana e da cachaça.

PORTARIA MMA/ICMBIO/PFE Nº 11, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022. Aprova orientação jurídica normativa sobre a validade do instrumento de gestão denominado acordo de gestão.

PORTARIA MMAMC/ICMBio Nº 46, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022. Modifica a composição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço, no estado do Pará.

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/MCTI Nº 11.316, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022. Altera o Processo Produtivo Básico para "PRODUTOS PRODUZIDOS, PREDOMINANTEMENTE, COM MATÉRIAS-PRIMAS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL E/OU AMAPÁ DE ORIGEM: AGRÍCOLA, PECUÁRIA, AVÍCOLA, PÍSCEA, APÍCOLA, MINERAL E EXTRATIVA VEGETAL".



NORMAS ESTADUAIS



LEI ESTADUAL Nº 9.763, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022. Institui, no âmbito do Estado do Pará, o Dia Marielle Franco – Dia de Luta das Mulheres Negras, Periféricas, LGBTI+ e Mães Solo.

LEI ESTADUAL Nº 9.764, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022. Institui a Semana Estadual de Mobilização e Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa no Estado do Pará.

LEI ESTADUAL Nº 9.766, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022. Institui a Semana Estadual da Saúde do Trabalhador na Agricultura Familiar no Estado do Pará.

LEI ESTADUAL Nº 9.771, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022. Dispõe sobre a institucionalização da política pública Territórios pela Paz (TerPaz) no âmbito do Estado do Pará.

LEI ESTADUAL Nº 9.772, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022. Autoriza a prorrogação dos contratos temporários de pessoal com fim de vigência no mês de dezembro de 2022.

LEI ESTADUAL Nº 9.781, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022. Altera a Lei Estadual no 9.048, de 29 de abril de 2020, que institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA).

LEI ESTADUAL Nº 9.773, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022. Institui a Política Estadual de Turismo em Base Comunitária no Estado do Pará.

LEI ESTADUAL Nº 9.779, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022. Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Esquizofrenia.

LEI ESTADUAL Nº 9.776, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pequenos e Mini Produtores Rurais Júlio Marinho (AMPERJUM), no Município de Mãe do Rio.

LEI ESTADUAL Nº 9.775, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Fundação de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável Guamá (FUNDAÇÃO GUAMÁ).



NORMAS ESTADUAIS



DECRETO ESTADUAL Nº 2.838, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022. Regulamenta a Lei Estadual nº 9.674, de 24 de agosto de 2022, que dispõe sobre a distribuição das receitas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) a partir do critério de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos.

DECRETO ESTADUAL Nº 2.836, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022. Homologa a Resolução no 1, de 22 de dezembro de 2022, da Comissão Estadual de Desestatização.

DECRETO ESTADUAL Nº 2.843, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022. Altera o Decreto Estadual nº 2.402, de 1º de junho de 2022, que institui Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Estadual de Transformação Digital, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento e eficiência da gestão pública estadual.

DECRETO ESTADUAL Nº 2.846, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022. Altera o Decreto Estadual nº 2.766, de 21 de novembro de 2022, e revoga o § 1º do art. 4º do Decreto Estadual nº 1.230, de 26 de fevereiro de 2015.

DECRETO ESTADUAL Nº 2.848, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022. Dispõe sobre a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Pará (SIAFE).

DECRETO Nº 2.852, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022. Torna facultativo o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO PGE Nº 1, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022. Aprova a contratação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a realização de estudos sobre a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todos os municípios do Estado do Pará.



NORMAS ESTADUAIS



PORTARIA SEMAS Nº 3186, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022. Altera a composição dos membros do Grupo de Trabalho e prorroga prazo de vigência da Portaria SEMAS nº 1.776, de 10 de agosto de 2022.

PORTARIA SEMAS Nº 3187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022. Altera o art.3º da Portaria SEMAS nº 1.359, de 30 de agosto de 2019, que dispõe sobre a criação da Unidade de Coordenação de Projeto (UCP).

PORTARIA SEMAS Nº 3188, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022. Altera a composição da equipe da Unidade de Coordenação do Projeto “Combate ao desmatamento no estado do Pará”, instituída pela Portaria SEMAS nº 1.359, de 30 de agosto de 2019.

PORTARIA IDEFLOR-Bio Nº 986, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022. Renovar o Conselho Gestor da ESEC Grão Pará e nomear seus membros para exercício do mandato do biênio 2022/2024.

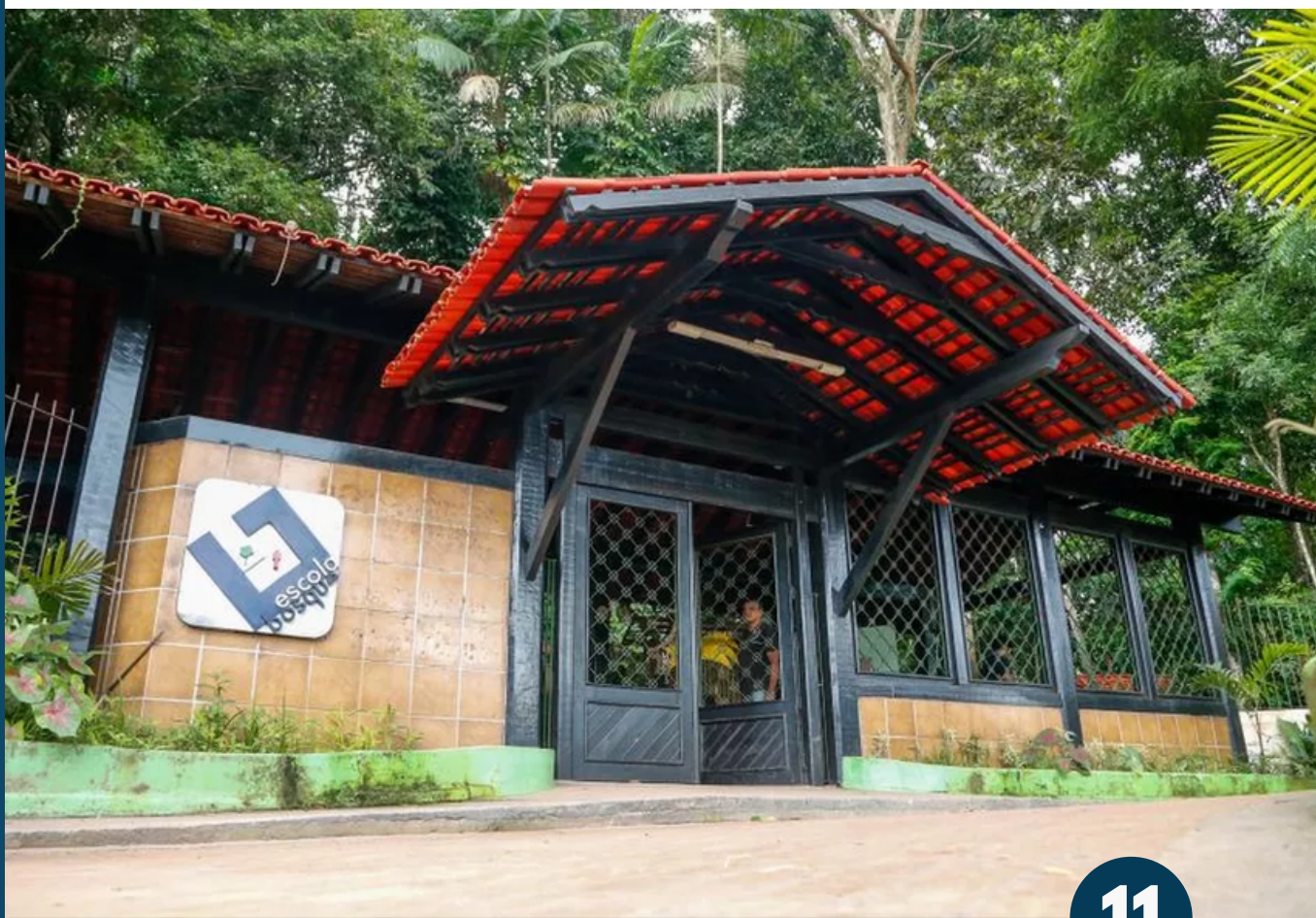
EDITAL Nº 02/SEPLAD-SEMAS, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022. Edital nº 01/SEPLAD-SEMAS, de 12 de dezembro de 2022, que regulamenta a realização do concurso público destinado ao provimento de vagas em cargos efetivos de nível médio e superior, e à formação de cadastro de reserva da SEMAS,



NORMAS MUNICIPAIS



PORTARIA MUNICIPAL CONJUNTA Nº 3.329/2022-SEMAD/FUNBOSQUE, DE 26 DEZEMBRO DE 2022. Estabelece normas para o processamento de devolução de créditos orçamentários da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD em favor da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Prof. Eidorfe Moreira – FUNBOSQUE.



FIQUE DE OLHO



PROCESSO SELETIVO ESPECIAL AO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES NATURAIS NA AMAZÔNIA



A Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da Coordenação do Programa de PósGraduação em Gestão de Riscos e Desastres Naturais na Amazônia – Mestrado Profissional (PPGGRD) do Instituto de Geociências (IG/UFPA) divulga o edital de seleção para o curso de **Mestrado Profissional**.

Vagas: 21 (vinte e uma) vagas, sendo duas delas voltadas especificamente para servidores da Universidade Federal do Pará.

Inscrições: de 8/12/2022 a 31/01/2023, por meio do [Sigaa](#).

Processo seletivo ocorrerá em três fases: avaliação do Projeto de pesquisa, entrevista dos candidatos não eliminados na primeira fase, e avaliação do Currículo Lattes.

Para conferir o edital, [clique aqui](#).

CURSO ON LINE: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO

O Curso sobre a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** e sua aplicabilidade aos processos e as medidas de segurança para tratar e proteger dados pessoais no setor público tem como enfoque ensinar quais medidas de Segurança no Tratamento dos Dados Pessoais, bem como destacar pontos específicos da LGPD (**LEI FEDERAL Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018**).

Organizador: ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

Para se inscrever, [clique aqui](#).





"ÉTICA E MEIO AMBIENTE: PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL"

Esta seletra obra trata sobre o meio ambiente, o autor propõe uma reconstrução do pensamento da sustentabilidade ecológica, fugindo de uma "maquiagem verde", como alterações pragmáticas, ao qual fogem de evolução a longo prazo, propondo modos efetivos para consecução de uma sustentabilidade. Misturando ecopsicologia, o autor propõe que o cerne da mudança está inteiramente ligado a forma de pensar e agir, atingindo diretamente o que entendemos ser a busca da nossa vida.



"MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESASTRES E SAÚDE"

Propõe-se contribuir com estratégias para aumentar a resiliência do setor Saúde e das comunidades em face das mudanças climáticas e seus impactos. A obra mostra que mudanças ambientais e climáticas interagem entre si, tratando como a complexa relação entre saúde e ambiente vem sendo cada vez mais discutida.

► **Confira o vídeo de lançamento abaixo ou assista no canal da Editora Fiocruz no YouTube:** youtube.com/editorafiocruz



SEMAS EM DESTAQUE

AGÊNCIA PARA ★

[Lista de Autoridades do Executivo](#) [Assessorias](#) [Jornalistas](#) [SIC.PA](#)

[INÍCIO](#) [NOTÍCIAS](#) [PAUTAS](#) [NOTAS](#) [FOTOS](#) [VÍDEOS](#) [PODCASTS](#)

Pesquise aqui



MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Semas assina mais um Acordo de Cooperação Técnica para 'Amazônia Agora'



A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e a Fundação Amazônia Sustentável celebraram o Acordo de Cooperação que tem o viés de apoio à criação e à implementação de Unidades de Conservação (UC), com o objetivo de proporcionar a conservação ambiental, promover o fortalecimento da bioeconomia na Amazônia e fomentar os meios para o desenvolvimento de comunidades tradicionais, povos indígenas e pequenos proprietários de imóveis rurais.

Fonte: [Agência Pará de Notícias](#)

Secretaria de
Meio Ambiente
e Sustentabilidade





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br